

# A Paisagem como Instrumento de Preservação: Reflexões sobre a Agricultura Itinerante em Biguaçu – Santa Catarina – Brasil

## Landscape as an Instrument for Preservation: Reflections on Shifting Agriculture in Biguaçu, Santa Catarina, Brazil

Ronaldo Vicente Guimarães Filho<sup>i</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, Brasil

**Resumo:** O objetivo do artigo é apresentar algumas reflexões da relação entre as técnicas tradicionais agrícolas aplicadas pelos agricultores em Três Riachos, Biguaçu – SC, envolvidos no sistema agrícola local e o papel da paisagem como instrumento de proteção e preservação de tais técnicas. Partimos da comunidade que utiliza a técnica de agricultura itinerante, para refletir sobre a instrumentalização da paisagem e suas potencialidades.

**Palavras-chave:** Diversidade Cultural; Técnicas Tradicionais; Paisagem.

**Abstract:** The objective of this article is to reflect on the relationship between traditional agricultural techniques and landscape preservation in Três Riachos, Biguaçu, Santa Catarina State. The focus of the study is on the community as a site of farming practice in order to reflect on how shifting agriculture can be used to conserve the local landscape.

**Keywords:** Cultural Diversity; Traditional Farming Techniques; Landscape.

### Introdução

As políticas associadas às práticas de preservação cultural encontram-se no epicentro de uma imensa gama de pesquisas, sejam elas acadêmicas ou institucionais, em uma grande quantidade de países. No bojo destes estudos encontram-se desde análises da aplicabilidade de tais políticas, como reflexões sobre a própria categoria de patrimônio cultural e os discursos e ideologias nela atreladas.

---

<sup>i</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia. ronaldovicentefilho@gmail.com

No Brasil, a categoria de paisagem cultural, utilizada como instrumento de preservação é recente, porém, muitos casos encontram-se em andamento com pedidos de ações efetivas dentro dos órgãos de preservação, o que remete ao crescimento da utilização deste instrumento. Nesse contexto, torna-se importante refletir sobre o papel da paisagem cultural como instrumento de preservação aplicada às técnicas tradicionais agrícolas, uma vez que os argumentos são múltiplos e sua aplicabilidade corresponde a especificidades locais.

No artigo em questão, as práticas que são alvos destas políticas possuem, em geral, características pautadas na oralidade, passadas de geração em geração. São aqui entendidas como elementos vivos e orgânicos de famílias que retiram grande parte de suas rendas através da aplicação das técnicas e saberes. Portanto, como contemplar nos pactos de gestão, estes elementos socioculturais, muitas vezes ignorados nos processos de preservação cultural?

A mola propulsora que impulsiona as discussões do trabalho em questão está atrelada às técnicas e aos saberes relacionados à agricultura desenvolvida em Três Riachos, Biguaçu – SC (principalmente as comunidades de São Marcos, São Mateus e Canudos, microbacias de São Marcos e Fazendas, Figura 1), denominada localmente como roça de toco, também conhecida como agricultura itinerante ou sistema de manejo<sup>1</sup>.

## Localização e vias de acesso do Município de Biguaçu - SC

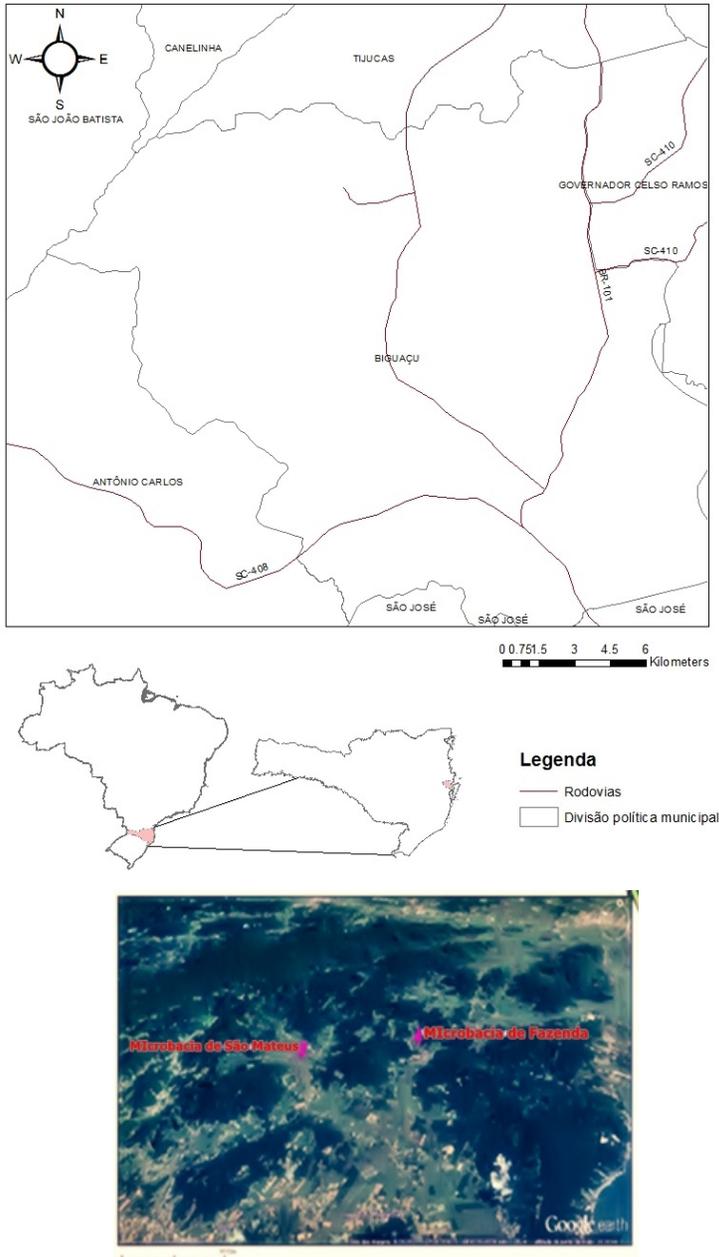


Figura 1 – Microbasins de São Mateus e Fazendas Localizadas no Município de Biguaçu, Santa Catarina, Brasil. Fonte: Vicente, 2014.

O sistema apontado por pesquisadores da área (FANTINI, 2010; ARAUJO et al., 2013; VICENTE e FANTINI, 2014) como elemento de grande importância para manutenção das florestas tropicais, encontra dificuldades de continuar. Um dos principais motivos encontra-se nos embates com órgãos ambientais, visto que alguns dos elementos intrínsecos às práticas da população local fere a legislação ambiental vigente.

A partir do reconhecimento das características e das relações que se estabelecem nas comunidades supracitadas, algumas questões se fizeram presentes e incentivaram a formulação do objetivo em questão. Tomando como ponto de partida o instrumento da paisagem cultural, da forma como foi elaborada nas diretrizes da UNESCO e como foi legalmente constituída no Brasil, como pensar sua aplicação de maneira a auxiliar a preservação de práticas que envolvem técnicas e saberes tradicionais? Até que ponto a aplicabilidade dos instrumentos de preservação no Brasil, em específico a paisagem cultural, possui potencial para atuar em conjunto com outros instrumentos legais (principalmente ambientais), na preservação de técnicas e saberes agrícolas responsáveis pelo sustento de diversas famílias? Em que medida o instrumento de preservação da paisagem cultural, da forma como vem sendo utilizado no Brasil, influencia na manutenção ou não de práticas agrícolas em vias de desaparecimento?

A metodologia utilizada para subsidiar o estudo pautou-se na pesquisa teórica centrada na literatura especializada, na análise documental com estudo de textos legais e diretrizes internacionais no campo do patrimônio e nos estudos de campo, que forneceram as primeiras impressões sobre a população e a área.

Corroboramos com o entendimento que identifica determinadas paisagens possuidoras da necessidade de preservação pela possibilidade da manutenção de algumas práticas culturais nelas presentes. Por outro lado, estas mesmas práticas necessitam também de perpetuação pela influência que possuem na gestão de tais paisagens. Por conseguinte, as duas categorias estão unidas e o que garante a amalgama que as aproximam são os conhecimentos, saberes e técnicas envolvidos no processo. Conhecimento sobre o local, sobre as espécies, sobre o espaço vivido, sobre o gerenciamento dos recursos. São estes elementos que fornecem à paisagem o caráter essencialmente cultural.

No texto que segue abordaremos algumas categorias analíticas que subsidiaram as ponderações realizadas no trabalho. Dentre estas, podemos elencar como principais, as categorias de agricultura familiar, os saberes e técnicas tradicionais e de paisagem cultural.

## **A Agricultura Itinerante e Categoria de Paisagem: Alguns Apontamentos**

A agricultura familiar corresponde a 87% dos estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina, Brasil (IBGE, 2006). Dados levantados pela EPAGRI/CEPA<sup>2</sup> demonstram que em 2012 o estado foi o segundo maior produtor nacional de arroz (1.097 mil ton), o maior produtor de maçã (659.732 ton) e contribuiu ainda significativamente para a produção interna de feijão (115.719 ton), cebola (379.262 ton), fumo (237.213 ton), banana (689,695 ton) e mandioca (530.098 ton). Estas cifras são alguns exemplos que demonstram a importância que possui a atividade, que ocorre tanto nas áreas mais afastadas ou periféricas, como também nas regiões metropolitanas, incluindo os municípios próximos à capital, em Santa Catarina.

Um exemplo é o município de Biguaçu, componente da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, distante aproximadamente 18 km da capital, onde a agricultura familiar vem sendo praticada de modo consorciado com a floresta. A população que habita a região de Três Riachos, nas comunidades de São Marcos, São Mateus, Canudos e Fazendas, localizada no município, adquire grande parte da renda através da agricultura local ou atividades que dela derivam (FANTINI e SCHLINDWEIN, 2014; VICENTE, 2014; ARAUJO et al., 2013).

Uller-Gomes et al. (2013) identificaram um total de 402 (quatrocentos e duas) famílias na localidade de Três Riachos. Dessas, 157 (cento e cinquenta e sete) famílias adquirem a maior parte da renda advinda da agricultura. Ou seja, considerando a proximidade com a capital, elencada como um elemento de atração<sup>3</sup> pela população destas comunidades, um total de 39%<sup>4</sup> desta população ainda vive da atividade agrícola é uma quantidade significativa.

A agricultura praticada na região possui a especificidade de ser rotacional e é tratada como uma agricultura itinerante, bem como o sistema de manejo denominado roça de toco, também conhecido como coivara em outras regiões, por possuir relação direta com a floresta tropical. O manejo realizado pela população local consiste na condução periódica e sucessiva de cultivos agrícolas e florestais, onde ocorre alternância entre os períodos de cultivo e pousio. As principais culturas agrícolas utilizadas são a mandioca, a banana, o milho, o café e a cana-de-açúcar. Tradicionalmente as espécies florestais utilizadas no sistema eram tanto da mata nativa quanto a bracatinga (formações florestais formadas por alta densidade de indivíduos de *Mimosa scabrella*) (VICENTE e FANTINI, 2014; FANTINI e SCHLINDWEIN, 2014; CARRIERI et al., 2014).

Este sistema de manejo é apontado como um dos mais antigos do mundo, aplicado em outras áreas, variando de local para local. No Brasil o manejo foi praticado por comunidades indígenas por mais de mil anos, especialmente os que habitavam o litoral brasileiro, no qual cultivavam principalmente a mandioca (DEAN, 1996).

É considerado por alguns pesquisadores de manejos florestais como um elemento fundamental para manutenção das florestas tropicais, principalmente, pelo seu caráter autossustentável e por promover o processo de domesticação e adaptação das comunidades vegetais tanto para cultivos anuais quanto para as florestas (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002; STEENBOCK et al., 2011; SIMINSKI e FANTINI, 2007; ULLER-GÓMEZ e GARTNER, 2008; FANTINI et al., 2010; MARTINS, 2005).

O sistema consiste em um primeiro momento na roçada seletiva nas glebas de mata nativa, para retirada da vegetação arbustiva de diâmetro menor e da vegetação herbácea (rasteira). Este processo auxilia o acúmulo de material orgânico sobre o solo. A limpeza da área ocorre através da incineração da biomassa, que funciona como facilitador de locomoção no lote, e o material restante proporciona fertilidade ao solo. Alguns agricultores utilizam o fogo antes da derrubada, outros o utilizam após. (VICENTE e FANTINI, 2014; FANTINI et al., 2010; VICENTE, 2014).

A etapa seguinte corresponde à desidratação da madeira, que permanece sobre o solo pelo período de um a dois meses. Esta técnica é importante para alcançar um fuste com teor calorífico aceitável para utilização da madeira como lenha nos engenhos de açúcar e farinha ou nos fornos de carvão (VICENTE e FANTINI, 2014). Posteriormente a este pro-

cesso ocorre a separação e corte dos troncos restantes em toras de aproximadamente um metro. Uma síntese do manejo pode ser melhor visualizado na sequência (Figura 2).



Figura 2 – Etapas do Sistema de Manejo da Roça de Toco em Biguaçu – SC:

1. Seleção de Lote Florestal;
2. Roçada Seletiva;
3. Queimada;
4. Secagem;
5. Seccionamento;
6. Retirada da Lenha do Lote;
7. Empilhamento da Lenha;
8. Início da Regeneração Florestal;
9. Plantio de Culturas Agrícolas e Espécies Florestais;
10. Rebrote de Tocos, Condução e Regeneração do Cultivo;
11. Colheita e Pousio da Área;
12. Período de Pousio em Diversos Estágios.

Fonte: VICENTE (2014).

O manejo de regeneração ou introdução de espécies nativas funciona como um recompositor florestal, auxiliando a manutenção da cobertura vegetal nas propriedades, assim favorece a produção de lenha (atividade que compõe a cadeia agrícola da região), e na recuperação do solo (VICENTE e FANTINI, 2014).

Apesar destas considerações, o sistema de manejo praticado nas comunidades de Biguaçu encontra dificuldades para continuar, visto que uma série de restrições legais ao manejo da floresta nativa tem tornado cada vez mais difícil o exercício da atividade, colocando-a na clandestinidade ou fazendo com que ocorra o abandono da prática pelos agricultores e agricultoras tradicionais nas comunidades (ARAUJO et al., 2013; VICENTE e FANTINI, 2014; FANTINI et al., 2010)

O embate com os órgãos de legislação e fiscalização ambientais inicia-se no momento da retirada da vegetação reintroduzida. Quando a floresta nativa reinserida pelos responsáveis agrícolas nas propriedades rurais atinge o “ponto de corte” necessário para nova lavoura ou produção de lenha, esta enquadra-se em momento considerado área em estágio médio ou avançado de regeneração, tornando o/a autor/a pela supressão passível de autuação (FANTINI et al., 2010).

Como aponta Zuchiwschi et al. (2010, p. 279), no estado de Santa Catarina a autorização para o corte seletivo de até 20 unidades (indivíduos) de árvores nativas ou até 15 m<sup>3</sup> de galhada de árvores para lenha, permitida em unidades de produção com até 30 ha,

exige uma série de procedimentos legais (averbação de Reserva Legal na escritura do imóvel, apresentação de projeto elaborado por um técnico, planta topográfica georreferenciada do imóvel, entre outros documentos).

A Lei Municipal Nº 3166/2011, promulgada em 14 de dezembro de 2011, dispõe sobre autorização para atividades consideradas de baixo impacto ambiental no município de Biguaçu. Dentre as ações consideradas de baixo impacto e que necessitam de autorização para serem praticadas encontram-se:

A coleta de produtos para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, exceto madeira, desde que eventual e respeitada à legislação específica a respeito do acesso a recursos genéticos;

O plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais em áreas alteradas, plantados junto ou de modo misto;

A poda, corte ou extração de espécimes florestais nativas ou exóticas, em situação de risco de queda, que possam ameaçar a vida, patrimônio ou meio ambiente.

O art. 9º, parágrafo IV da lei em questão esclarece ainda o que a prefeitura entende como recuperação ambiental, disposto adiante:

constitui toda e qualquer ação que vise mitigar os danos ambientais causados e dependendo das peculiaridades do dano e do bem atingido, as seguintes modalidades: recomposição ambiental, recuperação in natura, ou restauração que consiste na restituição do bem lesado ao estado em que se encontrava antes de sofrer a agressão, por meio de adoção de procedimentos e técnicas de imitação da natureza.

Há indícios de que a saída encontrada pela população que trabalha com sistema agroflorestal nas comunidades seja a substituição da reintrodução das espécies nativas por espécies exóticas, principalmente eucalipto, devido não possuir a mesma restrição legal que as matas nativas (ULLER-GÓMEZ et al., 2013; ULLER-GÓMEZ et al., 2014, CARRIERI et al., 2014; VICENTE, 2014), o que gera uma série de consequências negativas para os recursos hídricos, o solo, a flora e a fauna locais.

O panorama exposto representa algumas das principais características das atividades desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras localizadas nas comunidades de Três Riachos e que incentivaram a elaboração deste trabalho. Inserindo a realidade local em um contexto político global, cabe destacar a importância de algumas convenções e tratados internacionais no que tange ao reconhecimento das populações tradicionais. Nesse sentido, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92 possui um papel importante no reconhecimento das práticas dos povos tradicionais, visto que a partir de uma demanda cada vez mais crescente de proteção ambiental, estes tornaram-se sinônimos de atores/as responsáveis pela proteção do ambiente natural do qual subsistem, atrelados às possibilidades de preservação dos recursos *in situ*<sup>5</sup>.

Uma mudança paradigmática também proporcionou tal destaque, visto que ocorre um aumento de correntes ambientalistas cada vez mais distantes do pensamento preservacionista e mais próximos do conservacionismo. As duas perspectivas primam pela preservação dos recursos naturais, contudo, a segunda parte do princípio de que as populações humanas são parte inerente da natureza, uma vez que consideram os manejos a partir de técnicas e saberes tradicionais como sustentáveis e viáveis na conservação dos recursos (DIEGUES, 2008, p. 25).

Por outro lado, o fato de as comunidades suscitarem questões relacionadas à tradicionalidade nos remete a possíveis interlocuções com a área da preservação do patrimônio cultural, uma vez que, através da gama de instrumentos de preservação (*tombamento*, registro, salvaguarda, paisagem cultural), o campo do patrimônio possui papel importante para a construção social. Destarte, abordaremos a seguir os elementos da paisagem cultural enquanto categoria de análise.

## A Paisagem Cultural como Categoria Analítica

Cotidianamente (principalmente na grande mídia), a paisagem está associada à ideia de “natureza”, sobretudo atrelada a “belezas naturais”. Não se faz presente, neste sentido de paisagem, a presença humana. Quando pesquisamos as palavras “paisagem cultural” em sítios de buscas na internet, as imagens mais recorrentes estão atreladas a monumentos históricos, especialmente à imagem do Cristo Redentor, talvez devido à busca ser realizada no Brasil e à cidade do Rio de Janeiro ter recebido o título da Unesco de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural, em 1º de julho de 2012.

Porém, qual a diferença entre paisagem e paisagem cultural? Qual é a origem do termo paisagem cultural? Como esta noção vem sendo utilizada?

A emergência do conceito de paisagem está intimamente ligada ao conceito de modernidade. Foi desenvolvido a partir da arte e foi então adotado pela geografia a partir do século XIX, tornando-se uma parte importante do campo de estudo da mesma (NAVARRO BELLO, 2003). Conforme aponta Maderuelo (2006, p. 16), a primeira cultura que parece dispor de um termo específico para a paisagem, em que alguns poetas descrevem suas maravilhas, artistas que pintam e cultivam jardins para o prazer, é a China, desde o século V. Entretanto, no mundo ocidental o termo paisagem é uma palavra moderna e deve ser tratada com certo cuidado quando encontrada em textos, transcrições ou traduções anteriores ao século XVII.

Se aceitarmos então que a palavra paisagem surge na cultural ocidental como um termo “pictórico”, originando um gênero que ganha força a partir do século XVII, alcançando sua máxima expressão durante o século XIX, no período que vai do romantismo até o impressionismo, entendemos que a paisagem, em sua origem, é uma construção cultural e não apenas um elemento físico. Portanto, estamos diante de um conjunto de ideias, sensações e sentimentos que elaboramos a partir do lugar e seus elementos constituintes (CAUQUELIN, 2007).

Com o aumento gradativo por parte dos Estados e dos gestores culturais do entendimento deste processo, ocorre também uma inserção cada vez mais profunda da paisagem no campo do patrimônio. Para fins de uma análise voltada à aproximação

entre as práticas de preservação do patrimônio cultural e a paisagem, cabe revisitar as cartas patrimoniais<sup>6</sup>.

A Carta de Atenas é considerada como primeira carta patrimonial, resultado da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos que ocorreu em 1931. Teve o valor de ser a primeira reunião realizada sob a égide de uma organização supranacional, o Instituto de Cooperação Intelectual a Liga das Nações, representada principalmente pelo Escritório Internacional de Museus (Icom)<sup>7</sup>.

Mais de 30 anos depois, exatamente em 1964, foi realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (Icomos), resultando no documento-base chamada de Carta de Veneza. Os resultados destes primeiros congressos estavam pautados em um entendimento dicotomizado dos bens patrimoniais.

Foi a partir da Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural<sup>8</sup>, que aconteceu em Paris, em 1972, a fusão entre monumento, monumento histórico e monumento artístico. Acompanhando tais mudanças, a Unesco inseriu neste contexto a discussão sobre a noção de paisagem cultural.

A categoria de paisagem cultural nos moldes pensados pela Unesco, a partir da Convenção de 1972, possui como significado uma espécie de retorno aproximativo entre o homem e a natureza, relação esta que perdeu seu caráter equilibrado e dinâmico.

A separação entre cultural e natural se fazia presente no ideário da Convenção de 1972. Com o passar dos anos este antagonismo se tornou cada vez mais anacrônico, e a Unesco aprofunda a noção de paisagem cultural criando critérios para operacionalização da categoria. A partir da década de 1990 a visão dicotômica entre patrimônio natural e cultural é relativizada. Uma nova transformação nos valores e conceitos estava ocorrendo, incentivada principalmente pelas discussões que acarretavam nas recomendações e convenções da Unesco até aquele momento.

Todo esse processo de valorização da paisagem cultural como instrumento de preservação reverbera no Brasil a partir da primeira década do século XXI. Ela se torna o mais recente instrumento de preservação do patrimônio nacional através da instauração da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira<sup>9</sup>. Instrumento este que se diferencia, tanto do tombamento, utilizado para os bens culturais materiais ou tangíveis, como do registro, instrumento aplicado à salvaguarda dos bens imateriais ou intangíveis. A principal diferença encontra-se na flexibilidade, visto que a chancela é um instrumento legal mais “frágil”, se comparado aos demais. Contudo, um instrumento de proteção que tenha como foco a paisagem, deve considerar a característica do dinamismo implícita nesta categoria, e integrá-las em sua metodologia de análise.

Até o momento, a única experiência de bens chancelados como paisagem cultural brasileira está relacionada ao projeto Roteiro Nacional de Imigração em Santa Catarina, no qual foram inseridos, em duas etapas, 61 bens culturais materiais. O pioneirismo do projeto não o protege de críticas, principalmente pela forma como foi colocado em prática. De certo modo, o Roteiro Nacional de Imigração trabalha numa perspectiva redentora, reconhecendo que estas etnias<sup>10</sup> não tiveram seu devido reconhecimento em um passado próximo, porém, foram de extrema importância para formação social brasileira. O ponto de estruturação do projeto está ancorado na apropriação das identidades

étnicas pelo turismo (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA, VOL. I).

Foi a partir da década de 1990 que a paisagem torna-se de fato instrumento jurídico internacional de proteção, entendida como “manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural”. Neste mesmo período, houve uma reunião dos peritos internacionais (La Petite Pierre, França, outubro de 1992) advindos dos países signatários com o objetivo de revisar as Diretrizes Operacionais da Convenção de 72 (*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*<sup>11</sup>), onde consideraram a necessidade de reconhecer os valores associativos e características das paisagens para os povos tradicionais e na importância de proteger a diversidade biológica através da diversidade cultural a partir das paisagens culturais. Além disso, a noção incorpora a proteção das técnicas tradicionais empregadas, principalmente no uso da terra, destacando-se a manutenção da diversidade biológica (UNESCO, 1992).

Na visão de alguns especialistas (RÖSSLER, 2002; MITCHELL e BUGGEY, 2000; FOWLER, 2002) os pontos positivos destas decisões podem ser resumidos em:

- Reconhecimento da diversidade de manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural;
- Introdução do termo “sustentabilidade” nas Diretrizes Operacionais através de “técnicas específicas de uso sustentável da terra”;
- Reconhecimento e aprofundamento do debate sobre patrimônio vivo;
- Introdução de mecanismos tradicionais de gestão para as Diretrizes Operacionais;
- O reconhecimento das formas tradicionais de uso da terra;
- Manutenção da diversidade biológica através da diversidade cultural;
- Consideração das relações espirituais com a natureza;
- Abertura da Convenção em outras regiões do mundo (Pacífico, África);
- Abertura de estratégia global para uma Lista do Patrimônio Mundial Representante aprovada em 1994.

Estas foram apenas algumas das reflexões e diálogos sobre a temática abordada. Adiante discutiremos brevemente qual o papel dos saberes e das técnicas tradicionais nas paisagens historicamente construídas.

## **Técnicas e Saberes Tradicionais e a Relação com a Paisagem Cultural Historicamente Construída**

A relação entre as técnicas tradicionais e a paisagem cultural historicamente construída é praticamente a mesma que possui a conservação de um patrimônio histórico/cultural e as técnicas tradicionais. São elas, por estarem vivas, que garantem a manutenção e asseguram a permanência dos bens culturais tangíveis ou intangíveis.

A forma primeira para entender estas práticas perpassa pela compreensão do significado de tradição. Recorrendo ao sentido léxico da palavra, o Houaiss (2009), nos remete a: *ato ou efeito de transmitir ou entregar; transferência; comunicação oral de fatos, lendas, ritos, usos, costumes etc. de geração para geração; herança cultural, legado de crenças, técnicas etc. de uma geração para outra; tudo o que se pratica por hábito*

ou *costume adquirido*. Assim, no âmbito do patrimônio cultural, as técnicas e os saberes tradicionais são os processos e procedimentos de utilização de ferramentas, de materiais, de formas, transmitidos pelos costumes e práticas passados de geração em geração.

Percebemos a intrínseca relação que os saberes e técnicas tradicionais possuem com a noção de cultura. Na visão de Claval (2007) a cultura pode ser entendida como:

[...] conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, regras, normas e valores que são herdados dos pais e da vizinhança e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis [...] A cultura é herança e experiência (CLAVAL, 2007, p. 163).

Nesse sentido, o fator geracional atua como uma espécie de amálgama, fazendo com que os saberes e técnicas se consolidem no processo cultural. Ainda assim, qual papel possui a tradicionalidade envolto neste processo?

Refletindo em nosso foco de pesquisa e em como ocorrem as relações que se estabelecem nas comunidades agrícolas localizadas em Três Riachos, levantamos alguns questionamentos. Qual o papel que os signos “novo”, “avançado” ou “evoluído” possuem na noção de técnicas e saberes? Em que medida o papel da técnica, que possui um caráter simbólico de “novo”, não estaria dissimulando uma padronização espacial, fruto de uma racionalidade hegemônica? Podemos pensar que existe um embate entre os saberes e as técnicas em contextos históricos diferenciados? Em que medida estes processos influenciam na constituição das práticas espacialmente construída?

Torna-se importante neste momento buscar entender, mesmo que brevemente, como a técnica é trabalhada nas ciências geográficas. Alguns geógrafos ressaltam a importância que a técnica possui como um componente importante para se compreender a sociedade. Como aponta Claval (2007):

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (CLAVAL, 2007, p. 219).

Alguns geógrafos que apresentaram importantes contribuições para a ciência geográfica como Vidal de La Blache, Lucien Febvre, Albert Demangeon, Pierre George, Philip Wagner, entre outros, reservaram parte de sua atenção para entender o papel da técnica. Nos deteremos neste momento, ao papel que a categoria técnica possui no pensamento de Milton Santos, devido à importância que o pesquisador imprime a estas, chegando a afirmar em entrevista, que entende a geografia como a filosofia das técnicas (SANTOS, 1999, p. 5).

Santos entende técnica como *conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço* (2002, p. 29). Neste sentido, a técnica se apresenta como um elemento fundamental para as pesquisas geográficas, pelo fato que é ela que materializa a(s) mudança(s). Considerar o espaço geográfico, operacionalizá-lo e sistematizá-lo através da técnica como categoria espacial, requer uma abrangência na relação entre espaço e fenômeno técnico, incluindo a

própria ação, como técnica, ou em outras palavras, *considerar a própria técnica como meio* (SANTOS, 2002, p. 38).

Na medida em que entendemos a técnica como elemento capaz de gerar espaços, estamos inserindo também, em um contexto específico, o fator tempo, visto que estamos considerando a coexistência de técnicas com diferentes momentos históricos. Logo, também ocorre uma coexistência de espaços, ou lugares, com tempos diferenciados em um mesmo contexto. O reflexo deste processo vai se fazer presente, morfologicamente na paisagem, através das formas-objeto ou rugosidades do espaço (SANTOS, 1978, 2004).

A paisagem, portanto, caracteriza-se como um acúmulo de tempos diferenciados da relação entre o meio e homem/mulher e vice-versa. Deste processo derivam-se a produção material e imaterial da vida. Realizar um esforço metodológico de aproximar os processos apresentados e o instrumento da paisagem cultural traduz-se em considerar, a partir desta relação (natureza-sociedade), as técnicas e saberes que forneceram/fornecem subsídios, em diferentes momentos históricos, para a constituição social.

Por outro lado, é importante refletir sobre a carga simbólica que está atrelada a técnicas e saberes, uma vez que este elemento também vai influenciar a dinâmica espacial. Se é possível afirmar a coexistência de técnicas em momentos historicamente diferentes, em um determinado espaço, também é possível pensar na pressão exercida de um conjunto de técnicas e saberes sob outro. Contextos históricos diferenciados remetem a velocidades diferenciadas.

Ao pensar estes elementos associados ao contexto agrícola brasileiro (mas que se aplica a grande parte dos países do mundo), torna-se importante atentar para a existência dos modelos duais, o modelo do agronegócio e o modelo da agricultura familiar. Destarte, refletir sobre a base cultural envolvida nas técnicas e saberes tradicionais rurais, perpassa pelos modelos agrícolas ao qual estão inseridas. Inclusive, associadas às pautas levantas pelos diferentes modelos estão atreladas também modelos diferenciados de técnicas e conhecimentos. Ou seja, o sistema de manejo analisado neste trabalho está associado a um modelo agrícola fundamentado em bases que se diferem do modelo agrícola agroexportador. A sobrevivência das práticas culturais atrelados ao modelo de agricultura familiar depende, em grande parte, da própria manutenção do sistema agrofamiliar.

Por outro lado, não podemos esquecer que a questão agrícola atual está imersa em uma série de dificuldades e incertezas como insegurança alimentar, industrialização e esvaziamento do campo, hereditariedade e sucessão, entre outros. Nesse sentido, visualizar como estas questões se aplicam e como se relacionam nas populações agrícolas que utilizam o manejo itinerante roça de toco, nas comunidades de Três Riachos, se torna de grande importância para compreensão das permanências ou não das práticas culturais construídas socialmente naquela região.

### **Práticas, Saberes e Técnicas a Partir da Narrativa dos Agricultores e das Agricultoras da Roça de Toco em Biguaçu – SC**

Apresentaremos nesta etapa uma reflexão de aproximação entre alguns elementos atrelados aos saberes e técnicas inseridos na roça de toco e a paisagem, que possuem potencial de serem trabalhados a partir da categoria em destaque.

A ocupação de Três Riachos, pelo menos por uma parte dos agricultores e das agricultoras que trabalham com a agricultura itinerante, ocorreu devido à procura por terras de melhor qualidade e por preços mais acessíveis. Está muito presente na narrativa dos entrevistados e entrevistadas a questão do valor da terra naquele momento. Em suas palavras, a terra “tinha valor de boi”, pois muitas vezes era trocada por animais.

A lenha é algo também muito presente em suas falas e, vivenciando o cotidiano das famílias, percebe-se o quanto ainda é utilizada em suas práticas e caracteriza-se como um elemento-chave para a sobrevivência. Conforme apontam as famílias de agricultores da região, a lenha foi (e ainda é) a base de sustento e estruturação das pessoas que iniciaram a ocupação do território. A lenha era utilizada nas construções, na realização das refeições e na aquisição de renda. Os processos de vivência (em termos tecnológicos e de práticas cotidianas) se transformaram em alguns elementos (como a relação com o forno a lenha ou os instrumentos utilizados para fazer a roça), entretanto, em um tempo diferenciado do tempo urbano. Como relatam os entrevistados e as entrevistadas, seus antepassados trabalhavam na roça com machado, carregavam as madeiras com carros de boi, não detinham (conforme apontam até recentemente)<sup>12</sup> eletroeletrônicos como geladeiras e/ou freezers para conserva de alimentos.

Na chegada e fixação dos antepassados destes agricultores e agricultoras, praticamente cada família tinha um engenho de farinha e de açúcar. Este fato é apontado como um dos elementos que acarretou a quase extinção da lenha na região, como este relato de um dos agricultores que aparece na sequência. Como ele, muitos outros seguem ao encontro desta fala:

Meu pai teve 3 filhos e todos trabalhavam com roça de toco. Eu vou te dizer uma coisa que chegou a um ponto, quando o pai e mãe casaram, a vó disse “triste vocês, onde é que vocês vão arrumar lenha para cozinhar o feijão”. Porque não tinha mais. O pessoal usava muito. Hoje, tu não vê mais o engenho. Naquele tempo cada casa tinha um engenho e todo mundo consumia lenha. Então, Três Riachos, Fazendas, isso aqui, era tudo desmatado. Era só capim melado. Hoje tu tem lenha dentro da porta. E dizem que está ruim. Ruim era naquela época.

Com a diminuição do contingente populacional, visto que muitas pessoas estavam deixando a região para tentar a vida na cidade, principalmente no terceiro setor, as que ficaram preocupadas com a quantidade de lenha remanescente, começaram o plantio em algumas propriedades da região. Então, a possibilidade de extinção da lenha gerou a necessidade de reflorestamento e, por consequência, plantio de mudas que, com base nos conhecimentos etnobotânicos dos agricultores e das agricultoras, eram voltadas a subsistência deste grupo.

Para tu ter uma ideia, veio dentro da caixinha de fósforo da África do Sul, a lenha de espinho, o Silva. Diziam que era uma lenha que vinha rápido e que era boa para ferver açúcar, para ferver melado. Era uma baita de uma lenha. Então o vô plantou e quando nasceu era espinheiro. Naquele tempo não tinha um sapato para pôr nos pés, não tinha uma bota, não tinha uma luva. Tu imagina o sacri-

légio que foi aquela lenha? E dali pra cá, o que eles faziam aos domingos, eles iam à igreja, almoçavam e depois de tarde eles iam longe nos capoeirão, onde tinha uma ponta de capoeirão ainda, às vezes andavam quase uma tarde toda para chegar lá, para arrancar uma mudinha para trazer para plantar. Foram tirando de onde tinha uma mudinha ainda, para trazer pra cá para plantar de novo. Aí começou o reflorestamento, por necessidade, porque não tinha mais lenha.

Em outra passagem, o mesmo agricultor relata o processo de reflorestamento e plantio de mudas:

O pai pegou o terreno do vô pelado igual essa mesa. Daí ele mandava eu e o filho do vizinho ir onde tinha um pé de ingá, aquele ingá cabeludo, ingá macaco. Nós íamos lá à tarde, com um ganchinho com bambu, nós pedíamos se poderíamos tirar as bagas (sementes) e o vizinho dava. Trazia para casa, descascávamos tudo, tirava aquela pelinha branca, alguns eles comiam, outros colocavam fora. Aí nós tirávamos aquela sementinha e depois o pai ia plantar. Tirávamos para plantar. Para começar o reflorestamento.

O processo de realização das roças também apresenta pequenas mudanças. A principal delas encontra-se no número de pessoas que auxiliavam nas várias etapas da realização. Em tempos passados, o número de pessoas era maior. As famílias eram maiores, bem como os filhos e filhas auxiliavam nas roças. A questão de sucessão agrícola é um elemento que se faz presente entre as famílias de agricultores e agricultoras também na região pesquisada.

Quanto aos saberes envolvidos nestas etapas e as técnicas subsequentes, todos são unânimes em afirmar que advém do “dia a dia” da prática, “vendo os outros eles aprendiam”. Este aprendizado decorre já na iniciação dos futuros agricultores nas roças. A média da idade de iniciação destes agricultores e agricultoras nas roças é de 8 anos, apesar de alguns agricultores, quando perguntados sobre o assunto, ressaltarem que estavam na roça ainda “nas barrigas”, visto que as suas mães grávidas não deixavam de “botar” roças.

Desde oito aninhos a gente ia para escola de manhã, quando era 10h30 a professora soltava a gente e nós tínhamos que subir mil e cem metros, onde os nossos pais estavam trabalhando, na roça de toco. Lá estavam o pai, a mãe, as irmãs dele do pai, todos nós trabalhávamos juntos. Botava uma baita de uma roça, mas lenha dava pouca, porque quase não tinha. Tu fazia uma roça grande no meio dia, porque era só quase abrir o aceiro só, para fazer, para não passar fogo para o mato, era só fazer o aceiro, porque só tinha vassoura carniceira, não tinha quase lenha. Vassoura carniceira é uma lenha baixinha, não produz nada. Só dá vassoura carniceira quando a terra é pobre.

Na medida em que entendemos a técnica como elemento capaz de gerar espaços, estamos inserindo também, em um contexto específico, o fator tempo, visto que estamos considerando a coexistência de técnicas com diferentes momentos históricos. Logo, tam-

bém ocorre uma coexistência de espaços, ou lugares, com tempos diferenciados em um mesmo contexto. O reflexo deste processo vai se fazer presente, morfológicamente na paisagem, através das formas-objeto ou rugosidades do espaço (SANTOS, 1978, 2004).

O acúmulo de conhecimento adquirido se transforma em saberes. Estes saberes representam identificar os melhores lugares para o plantio, as melhores lenhas para determinada ação (construir galpão, construir casa, utilizar em cozimentos, fazer carvão), os períodos de plantios etc. Existe um calendário para realização das roças, que segundo os agricultores e as agricultoras, se baseiam em fases lunares que influenciam as estações do ano.

A principal cultura é o aipim. Conforme os agricultores e as agricultoras, esta cultura deve ser semeada entre início de agosto ao final de novembro, pois o aipim deve ser plantado na “vazante”<sup>13</sup> e nunca na “enchente”.

Deve-se sempre plantar o aipim no vazante, nunca no enchente. Se plantar o aipim no vazante, ele vai dar tudo agarrado na cepa, no pauzinho da rama que tu plantou. E se tu plantar no enchente, ele vai dar um cordão umbilical, vamos dizer assim, ali vai se formar madeira, para depois dar raiz. Ele não dá a raiz agarrada na cepa, dá um fiapo para depois dar raiz. Se plantar no dia de lua (lua cheia) também dá problema, não dá tão bom. Isso nós fomos aprendendo com o pessoal mais antigo. Vai passando de geração em geração. Porque é um conhecimento que vem lá de trás.

A produção de carvão também pode ser encarada da mesma forma. Uma série de técnicas para a produção de carvão artesanal foi se acumulando até o ponto em que se encontra atualmente na região. Esta produção começou a ser realizada por estes agricultores visando alcançar uma renda extra com a sobra da lenha da roça de toco. A venda do excedente de lenha já era comercializada pelos agricultores anteriormente, em um período que não existia fornos a gás.

A paisagem, portanto, caracteriza-se como um acúmulo de tempos diferenciados da relação entre o meio e homem/mulher e vice-versa. Deste processo derivam-se a produção material e imaterial da vida. Realizar um esforço metodológico de aproximar os processos apresentados e o instrumento da paisagem cultural traduz-se em considerar, a partir desta relação (natureza-sociedade), as técnicas e saberes que forneceram subsídios, em diferentes momentos históricos, para a constituição social.

Destarte, o modo de produção atrelado ao modo de vida destas famílias possui relação direta com a paisagem que se perpetua na região, visto as teias que se estabeleceram entre os processos produtivos e o espaço. Nesse sentido, a configuração de uma determinada paisagem, passa pelo crivo dos elementos que estão atrelados às técnicas e saberes desenvolvidos em uma determinada área.

## Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi apresentar algumas discussões que surgiram a partir do doutorado em andamento cursado no Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFSC. Busquei aproximar as temáticas das técnicas e saberes, utilizados pelos agricul-

tores e agricultoras familiares, da conservação e do sistema manejo florestal, como no campo do patrimônio cultural, através da categoria da paisagem cultural. Na prática, ainda há uma grande dificuldade de utilizar a noção de paisagem cultural como elemento de proteção, como defendida pelos órgãos internacionais, ou seja, considerando o conteúdo histórico da relação homem/mulher e ambiente. O cerne desta dificuldade encontra-se, principalmente, em conjugar na conservação destas paisagens a dimensão estética (priorizada) com a funcional e a etnoecológica, garantido a continuidade das práticas culturais que fornecem o sustento de populações agrícolas.

Este contexto se complexifica quando articulado com a questão da conservação de paisagens culturais agrícolas, associadas aos usos tradicionais da terra, tendo em vista a grande pressão sofrida por estes, derivada das transformações sociais e econômicas. Dentre estes podemos destacar a industrialização dos produtos agrícolas, a especulação imobiliária, alterações demográficas, legislação ambiental e sanitária, alteração do preço da terra, entre outros. Consequentemente, torna-se importante pensar em políticas de preservação que culminem em planos de preservação da paisagem cultural, nos moldes de inserção das comunidades tradicionais que considerem tais elementos.

A paisagem, enquanto categoria, e posteriormente, transformada em instrumento de política pública, está diretamente relacionada aos hábitos dos seres que nela/dela atuam/vivem. Nesse sentido, a funcionalidade da preservação das paisagens perpassa pela manutenção de determinados hábitos, bem como a preservação de determinados costumes busca a conservação, ou não alteração drástica, de paisagens específicas.

## Referências Bibliográficas

ARAUJO, L. A.; BAUER, E.; TORESAN, L.; MONDARDO, M.; ELIAS, L. P. Atividades invisíveis na agricultura familiar: o caso da produção de carvão vegetal no município de Biguaçu-SC. In: 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober, 2013, Belém-PA. Anais do 51º Congresso da Sober, 2013.

CARRIERI, M.; FANTINI, A. C.; ULLER-GÓMEZ, C.; DOROW, R. Cadeias produtivas do carvão vegetal na agricultura familiar no Sul do Brasil. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 31, p. 97-110, 2014.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. 2000. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsconvention/portuguese.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

FANTINI, A. C.; ULLER-GOMEZ, C.; GARTNER, C.; VICENTE, N. R.; SCHLINDWEIN, S. L.; BAUER, E.; MENEZES, G. T. C. Produção de carvão e de saberes na agricultura familiar de SC. *Agropecuária Catarinense*, v. 23, p. 13-15, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. VICENTE, N. R.; BAUER, E.; MENEZES, G. T. C. Produção de carvão e de saberes na agricultura familiar de SC. In: VI Congresso Brasileiro de Sistemas, 2010, Foz do Iguaçu-Paraná. Anais do VI Congresso Brasileiro de Sistemas, 2010.

FANTINI, A. C.; SCHLINDWEIN, S. L. Learning to run a business: transforming charcoal production of family farmers in Santa Catarina, Brazil. In: 2014 IFSA Europe Group Symposium, 2014, Berlim. Proceedings, 2014.

\_\_\_\_\_; SIMINSKI, A. De agricultor a “agricultor silvicultor”: um novo paradigma para a conservação e uso de recursos florestais no Sul do Brasil. *Agropecuária Catarinense*. 20(1): 16-18, 2007.

IPHAN. *Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira*. Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília: IPHAN, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Roteiros nacionais de imigração – Santa Catarina: preservação do patrimônio cultural*. Florianópolis, SC: IPHAN / 11ª Superintendência Regional, 2008.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 27, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio, p. 17. 2009.

IPHAN, DEPAM. *Paisagem Cultural*. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_; MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: 2009.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. *Dossiê de tombamento. Anexo I. Índices e fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado*. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

\_\_\_\_\_. *Dossiê de tombamento. Anexo II. Índices e fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado*. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

\_\_\_\_\_. *Dossiê de tombamento. Anexo III. Índices e fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado*. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

ULLER-GÓMEZ, C.; DOROW, R.; ELIAS, L. P.; GARTNER, C. Abordagens educativas, extensão rural e agricultura familiar em Biguaçu-SC. *INTERthesis* (Florianópolis), v. 10, p. 287-321, 2013.

UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, Intergovernmental

Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, Julho 2013. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-en.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2014.

UNESCO. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. *World Heritage Committee*, 17<sup>a</sup> session (Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972).

\_\_\_\_\_. *Cultural landscape*. World Heritage Center, 1992. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>. Acesso em: 31 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. World Heritage Committee, Sixteenth session (Santa Fe, United States of America, 7-14 Dec. 1992). Disponível em: <http://whc.unesco.org/archives/repcom92.htm>. Acesso em: 31 nov. 2014.

VICENTE, N. R. *O manejo tradicional de roça itinerante em florestas secundárias: um sistema que conserva a biodiversidade?* Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ZUCHIWSCHI, E.; FANTINI, A. C.; ALVES, A. C.; PERONI, N. Limitações ao uso de espécies florestais pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. *Acta Botânica Brasílica* (Impresso), v. 24, p. 270-282, 2010.

Recebido em: 14/02/2018

Aceito em: 25/05/2018

---

<sup>1</sup> O decreto nº 1.282 de 19/10/1995, responsável pela regulamentação da exploração das florestas da bacia amazônica define manejo florestal como a utilização racional e ambientalmente adequada dos recursos da floresta. Manejo é uma atividade econômica oposta ao desmatamento, pois não há remoção total da floresta e mesmo após o uso o local manterá sua estrutura florestal. O manejo bem feito segue três princípios fundamentais: deve ser ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. O princípio da técnica de exploração de impacto reduzido – principal ferramenta do manejo florestal – é extrair produtos da floresta de maneira que os impactos gerados sejam mínimos, possibilitando a manutenção da estrutura florestal e sua recuperação, por meio do estoque de plantas remanescentes. Diversificar a produção é um dos princípios mais importantes para o uso sustentável dos recursos florestais (Serviço Florestal Brasileiro – <http://www.florestal.gov.br/>).

<sup>2</sup> Dados retirados do ranking da produção estadual em relação a nacional das safras de 2011 e 2012. Disponível em: [http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=2870](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=2870). Acessado em: 10/12/2014.

<sup>3</sup> Segundo Casagrande (2006), 8.605 famílias abandonaram o meio rural nos últimos 50 anos, sendo 19,1% nos últimos 10 anos na região da Grande Florianópolis. A taxa de urbanização está próxima dos 90%.

<sup>4</sup> Na comunidade de São Mateus 41% das famílias apresentam renda proveniente de atividade do campo. E na comunidade Fazendas, 42%. (ULLER-GOMES et al., 2013).

<sup>5</sup> A conservação *in situ* se refere à “conservação de ecossistemas e habitats naturais e à manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas” (MMA, 2000).

<sup>6</sup> As cartas patrimoniais são documentos cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Não possuem a função de legislar, mas de fornecer embasamento filosófico para que os órgãos competentes possam legislar. Constituem base ontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação. Servem, dessa forma, de referência mundial para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação do patrimônio. Para elaborar uma leitura fundamentada do documento, suas formulações devem ser entendidas em relação aos postulados teóricos da época em que foi produzida e aos desdobramentos do campo (KÜHL, 2010, p. 285).

<sup>7</sup> Como aponta Françoise Choay (2003, p. 185), esta comissão, presidida por Henri Bergson, e composta por membros como Marie Curie, Sigmund Freud, Albert Einstein, Aldous Huxley, entre outros e outras, militavam a favor da proteção internacional do patrimônio, a partir de uma visão essencialmente representada por valores europeus.

<sup>8</sup> As recomendações discutidas e elaboradas nesta convenção foram aprovadas na Reunião de Paris em 16 de novembro de 1972.

<sup>9</sup> A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN. A chancela é um instrumento de proteção do patrimônio cultural, regido pela Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Para informações mais aprofundadas ver [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf).

<sup>10</sup> Foi realizado um inventário dos bens culturais marcados por referências culturais relacionadas à imigração de italianos, alemães, poloneses e ucranianos em Santa Catarina.

<sup>11</sup> A assinatura da *Convenção de 72*, ocorreu em 1975. Dois anos depois, a UNESCO elaborou as *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, com o objetivo de ordenar e criar critérios que facilitassem a implementação das diretrizes acordadas na Convenção. Este Guia Operacional é atualizado e revisado com frequência.

<sup>12</sup> De acordo com os moradores da região a eletricidade chegou no final da década de 1970 em Três Riachos. Em algumas propriedades mais afastas e localizadas nos morros (expressão dos /das agricultores/as), como nas comunidades de fazendas, demorou dez anos a mais.

<sup>13</sup> Vazante e enchente são fases lunares de acordo a visão das famílias e presentes suas narrativas. Vazante corresponde à fase da lua minguante convexa ou minguante gibosa e a enchente significa à lua cheia.